



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

### ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

<b>Nº DOD:</b>	T2-DOD-2022/00042	<b>DATA:</b>	17/11/2022
----------------	-------------------	--------------	------------

**Construção:** Integrante Técnico e Integrante Requisitante.

**Apoio:** Integrante Administrativo.

**Objetivo do Artefato:** A Análise de Viabilidade da Contratação demonstra a viabilidade técnica e econômica da contratação.

1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC (STIC)		
Registro de preços para emissão/fornecimento de certificados digitais do tipo A1 dos tipos Subject Alternative Name (SAN SSL / UCC), Wildcard e SSL para equipamentos servidores e serviços de rede.		
2. REQUISITOS DE NEGÓCIO DA ÁREA REQUISITANTE		
2.1.NECESSIDADES DE NEGÓCIO		
Necessidade 1:	Garantir segurança no acesso aos serviços de comunicação como Exchange e Skype for Business (Lync)	
Necessidade 2:	Garantir segurança no acesso aos serviços Web como Consulta ao Processo Eletrônico, Diário de Justiça Eletrônico (DJE) e SIGA	
Necessidade 3:	Manter a conformidade de alguns serviços Web oferecidos com certificados digitais pertencentes à cadeia ICP-Brasil	
Funcionalidades		
Serviço de emissão de certificados digitais A1 para equipamentos servidores.		
3. DEMAIS REQUISITOS		
Id	Tipo	Requisito
3.1	Capacitação	Não se aplica
3.2	Requisitos Legais	A CONTRATADA deverá ser Autoridade Certificadora ou Autoridade de Registro credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme lei 14.063/2020.
3.3	Requisitos de Manutenção	Os certificados deverão possuir disponibilidade de reemissão por um período mínimo de 30 (trinta) dias sem custo adicional.
3.4	Requisitos Temporais da Instalação	O prazo de validade dos certificados será de no mínimo 01 (hum) ano.
3.5	Requisitos de Segurança	Os serviços devem estar de acordo com a Política de Segurança da Informação e Controle de Acesso do CONTRATANTE. A CONTRATADA, através de seus representantes, deverá assinar os Termos de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Ciência, dando ciência dos mesmos a toda sua equipe de profissionais que participarão da execução do contrato.
3.6	Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais	A CONTRATADA deve respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante o CONTRATANTE, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.



Assinado digitalmente por MARCUS VINICIUS DO PATROCINIO AZEVEDO - Diretor(a) de Divisão / DIREM - 26/01/2023 às 16:00:26.  
Assinado com senha por SAMIR GERARD D'ANGELIS CHALHOUB - Assistente III / SESETI - 26/01/2023 às 17:16:45 e LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD - 26/01/2023 às 18:54:41.  
Documento Nº: 3660747-2854 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3660747-2854>



TRF2INC202300116A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

### ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

4. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS					
Tendo em vista que certificados digitais A1 só podem ser emitidos por Autoridades Certificadoras, a única alternativa para atender o objeto da presente aquisição é a contratação de uma empresa credenciada para tal finalidade.					
5. ANÁLISE E COMPARAÇÃO (CUSTOS) DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES					
Não se aplica.					
6. DETALHAMENTO DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES (Aplicável especialmente para o caso de STIC que envolva software)					
Id.	Requisito	Sim	Não	Não se Aplica	
6.1	A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal?	X			
6.2	A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Justiça Federal?	X			
6.3	A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro ( <a href="http://www.softwarepublico.gov.br">http://www.softwarepublico.gov.br</a> )?			X	
6.4	Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)?			X	
6.5	A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil (quando houver necessidade de certificação digital)?	X			
6.6	A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário – MoReq-Jus?			X	
7. SELEÇÃO E JUSTIFICATIVA DA STIC ESCOLHIDA					
Vide justificativa item 04.					
8. BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕE A SOLUÇÃO/ORÇAMENTO ESTIMADO					
Id	Bem / Serviço	Órgão	Quant.	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total
8.1	Emissão de certificados do tipo Subject Alternative Name (SAN SSL / UCC)	TRF2	03	R\$580,38	R\$5.223,42
		SJRJ	04		
		SJES	02		
8.2	Nomes adicionais para os certificados do tipo SAN SSL / UCC	TRF2	15	R\$332,25	R\$14.951,25
		SJRJ	20		
		SJES	10		
8.3	Emissão de certificados do tipo Wildcard SSL internacional	TRF2	03	R\$1.487,05	R\$13.383,41
		SJRJ	03		
		SJES	03		
8.4	Emissão de certificados do tipo SSL pertencentes à cadeia ICP-Brasil	TRF2	03	R\$1.503,43	R\$13.530,86
		SJRJ	03		
		SJES	03		
<b>Total</b>					<b>R\$47.088,93</b>
9. ALINHAMENTO EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES DE NEGÓCIO E REQUISITOS TECNOLÓGICOS					
O alinhamento às necessidades de negócio é pleno, pois trata-se de aquisição que beneficia o uso de sistemas da Justiça Federal da 2ª Região através da Internet. Não há conflitos com os requisitos tecnológicos existentes.					



Assinado digitalmente por MARCUS VINICIUS DO PATROCINIO AZEVEDO - Diretor(a) de Divisão / DIREM - 26/01/2023 às 16:00:26.  
Assinado com senha por SAMIR GERARD D'ANGELIS CHALHOUB - Assistente III / SESETI - 26/01/2023 às 17:16:45 e LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD - 26/01/2023 às 18:54:41.  
Documento Nº: 3660747-2854 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3660747-2854>



TRF2NCC202300116A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

### ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

10. BENEFÍCIOS ESPERADOS	
Id	Benefício
10.1	Prover de maneira segura a comunicação dos magistrados e servidores com os serviços da Justiça Federal oferecidos via Internet.
10.2	Prover segurança e autenticidade dos serviços da Justiça Federal oferecidos ao público externo via Internet.
11. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS	
O quantitativo de certificados a serem adquiridos foi baseado na quantidade de unidades gestoras da Justiça Federal da 2ª Região e na quantidade de serviços que necessitam do uso de certificados.	
12. NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL	
Tipo de necessidade	Descrição
Infraestrutura tecnológica	Não se aplica
Infraestrutura elétrica	Não se aplica
Logística de implantação	Não se aplica
Espaço físico	Não se aplica
Mobiliário	Não se aplica
Impacto ambiental	Não se aplica

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO				
Papel	Nome	Mat	Setor	E-mail
Integrante Requisitante	Marcus Vinicius do P. Azevedo	T211728	DIREM	mva@trf2.jus.br
Integrante Requisitante Suplente	Pergentino Joaquim Alves Neto	T212049	SITI	pergentino@trf2.jus.br
Integrante Técnico	Luis Carlos de Freitas	T212025	SESETI	luiscf@trf2.jus.br
Integrante Técnico Suplente	Samir Gerard D'Angelis Chalhoub	T211739	SESETI	samir@trf2.jus.br
Integrante Administrativo	Luiz Manuel de Sousa Gonçalves	T211575	SEATAD	luiz.goncalves@trf2.jus.br
Integrante Administrativo Suplente	Patricia Soares Trannin	T211550	SEASAT	trannin@trf2.jus.br



Assinado digitalmente por MARCUS VINICIUS DO PATROCINIO AZEVEDO - Diretor(a) de Divisão / DIREM - 26/01/2023 às 16:00:26.  
Assinado com senha por SAMIR GERARD D'ANGELIS CHALHOUB - Assistente III / SESETI - 26/01/2023 às 17:16:45 e LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD - 26/01/2023 às 18:54:41.  
Documento Nº: 3660747-2854 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3660747-2854>



TRF2NCC202300116A



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2023  
REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO T2-EOF-2022/00326**

**ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1. Registro de preços para emissão/fornecimento de certificados digitais do tipo A1 dos tipos Subject Alternative Name (SAN SSL / UCC), Wildcard e SSL para equipamentos servidores e serviços de rede.

**DO ÓRGÃO GERENCIADOR:**

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2)**

CNPJ: 32.243.347/0001-51  
Rua Acre, 80, sala 604 (LICITAÇÃO) – Centro – Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20.081-000  
Site: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br)  
Seção de Licitações: (21) 2282-8016 / 8682 (12 às 17h)  
E-mail: [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br)

**DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

**JUSTIÇA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (SJRJ)**

CNPJ: 05.424.467/0001-16  
Av. Almirante Barroso, 78, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20.040-009  
Site: [www.jfrj.jus.br](http://www.jfrj.jus.br)  
Seção de Licitações: Fone (21) 3218-9767 / 9868 (12 às 17h)  
E-mail: [licitacoes@jfrj.jus.br](mailto:licitacoes@jfrj.jus.br)

**JUSTIÇA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (SJES)**

CNPJ: 05.424.467/0001-82  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877 – Monte Belo – Vitória/ES  
CEP: 29.053-245  
Site: [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)  
Seção de Licitações: Fone (27) 3183- 5105 (de 12 às 19h) Fax (27) 3183-5094  
E-mail: [selic@jfes.jus.br](mailto:selic@jfes.jus.br)

**2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS**

- 2.1. A LICITANTE deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante a seguir, contendo discriminação detalhada dos produtos/serviços ofertados, contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso.
- 2.2. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão de obra, salários dos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.

- 2.3. As quantidades previstas no presente Edital são estimativas máximas para o período de validade deste Registro de Preços.

Item	Discriminação	Quantidade Máxima por órgão			Qtd Máxima Total	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
		TRF2	SJRJ	SJES			
LOTE 1							
2.3.1	Emissão de certificados do tipo Subject Alternative Name (SAN SSL / UCC) internacional	03	04	02	09		
2.3.2	Nomes adicionais para os certificados do tipo SAN SSL / UCC	15	20	10	45		
LOTE 2							
2.3.3	Emissão de certificados do tipo Wildcard SSL internacional	03	03	03	09		
LOTE 3							
2.3.4	Emissão de certificados do tipo SSL pertencentes à cadeia ICP-Brasil	03	03	03	09		
TOTAL ESTIMADO							

Código SIASG: 25470

**3. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. A aquisição de certificados digitais do tipo A1 é necessária para que o acesso aos sistemas disponibilizados pela Justiça Federal da 2ª Região via Internet, tais como, consulta ao Processo Eletrônico Judicial, Diário de Justiça Eletrônico (DJE), eSocial, CorreioWeb (Exchange), Skype for Business (Lync) e SIGA, possa ser feito com segurança.
- 3.2. A comunicação com os serviços elencados utiliza o protocolo SSL no qual são utilizados certificados digitais que são emitidos por Autoridades Certificadoras. Dessa forma, os usuários podem ter a certeza quanto à autenticidade do serviço oferecido e com garantia da confidencialidade da comunicação.
- 3.3. A não contratação deste objeto pode deixar indisponíveis os serviços oferecidos via Internet, pois os mesmos ficarão expostos a falhas de segurança como, por exemplo, interceptação de dados sensíveis por falta de criptografia ou autenticidade.

**4. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS**

- 4.1. Prover de maneira segura a comunicação dos magistrados e servidores com os serviços da Justiça Federal oferecidos via Internet.
- 4.2. Prover segurança e autenticidade dos serviços da Justiça Federal oferecidos ao público externo via Internet.

**5. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF**





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- 5.1. A presente contratação está alinhada com as iniciativas previstas no Plano Estratégico da Justiça Federal — PEJF 2021/2026 — e no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal — PETI-JF 2021/2026, mais precisamente em consonância com o Macro desafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados” e o objetivo estratégico de “Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal”.

**6. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO:**

- 6.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o DOD nº TRF2-DOD-2022/00042 e seus estudos preliminares (artefatos), constantes no processo TRF2-EOF-2022/00326.

**7. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS**

- 7.1. O quantitativo de certificados a serem adquiridos foi baseado na quantidade de unidades gestoras da Justiça Federal da 2ª Região e na quantidade de serviços que necessitam do uso de certificados.

**8. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS - SOLUÇÕES DISPONÍVEIS DO MERCADO DE TIC**

- 8.1. Tendo em vista que certificados digitais A1 só podem ser emitidos por Autoridades Certificadoras, a única alternativa para atender o objeto da presente aquisição é a contratação de uma empresa credenciada para tal finalidade.

**9. DA NATUREZA DO OBJETO**

- 9.1. Por se tratar de uma contratação para emissão de certificados digitais sob demanda, não se configura um caso de serviço de natureza continuada.

**10. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

- 10.1. No contexto desta contratação e de acordo com os requisitos levantados, verifica-se que o objeto poderá ser dividido o que não traz prejuízo para o objetivo final almejado.
- 10.2. Portanto, o objeto desta licitação será divisível e cada lote/item poderá ser adjudicado a uma empresa diferente, com exceção do lote composto pelos itens 2.3.1 e 2.3.2 os quais não podem ser fornecidos por empresas distintas já que fazem parte de um único certificado digital.

**11. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**

- 11.1. De acordo com os requisitos e elementos que compõem a demanda e a STIC escolhida, bem como a natureza do objeto, sugerimos a modalidade Pregão Eletrônico com Registro de Preço, “Menor Preço” como tipo de licitação a ser empregada na contratação.

**12. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 12.1. A CONTRATADA deve respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante o CONTRATANTE, os Órgãos Ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao Meio Ambiente.

**13. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL**

- 13.1. Conforme especificações técnicas deste Termo de Referência, a emissão dos certificados deverá ser feita por Autoridade Certificadora ou Autoridade de Registro credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 13.2. Os serviços devem estar de acordo com a Política de Segurança da Informação e Controle de Acesso do CONTRATANTE.

**14. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS**

- 14.1. Condições Gerais:
- 14.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer um código para emissão dos certificados ("voucher") para cada unidade de certificado adquirido.
- 14.1.2. Os certificados deverão possuir disponibilidade de reemissão por um período mínimo de 30 (trinta) dias sem custo adicional.
- 14.1.3. O algoritmo utilizado deverá ser no mínimo RSA 2048 bits com hash SHA-256.
- 14.1.4. A CONTRATADA deverá prestar suporte à geração de Certificate Signing Request (CSR).
- 14.1.5. O serviço de emissão deve funcionar em regime 24x7 e com suporte na língua portuguesa.
- 14.1.6. O processo de validação dos pedidos de certificados poderá ser feito através inclusão de registro no servidor DNS da CONTRATADA ou através de arquivo instalado em servidor Web.
- 14.2. **Item 2.3.1 – Emissão de certificados do tipo Subject Alternative Name (SAN SSL / UCC) internacional**
- 14.2.1. O certificado deve apresentar prazo mínimo de validade de 01 (hum) ano.
- 14.2.2. Os certificados deverão possuir disponibilidade de reemissão durante sua validade para adição de nomes alternativos.
- 14.2.3. Deverá ser compatível com os seguintes serviços:
- 14.2.3.1. Microsoft Exchange 2007, 2013 e 2016 em cluster;
- 14.2.3.2. Microsoft Lync 2013 e Skype for Business;
- 14.2.4. Deverá ser válido por padrão nos principais navegadores (Internet Explorer, Firefox, Chrome e Safari) e seus sistemas (Windows, Linux, Android, Iphone e Java) sem a necessidade de instalação de cadeias intermediárias e raiz pelo cliente.
- 14.2.5.
- 14.3. **Item 2.3.2 – Nomes adicionais para os certificados do tipo SAN SSL / UCC:**
- 14.3.1. Adição de nome alternativo no certificado especificado no item anterior.
- 14.4. **Item 2.3.3 – Emissão de certificados do tipo Wildcard SSL internacional**
- 14.4.1. O certificado deve apresentar prazo mínimo de validade de 01 (hum) ano.
- 14.4.2. Os certificados poderão ser instalados em número ilimitado de servidores sem custo adicional.
- 14.4.3. Deverá ser compatível com os seguintes serviços, em qualquer versão:
- 14.4.3.1. Microsoft IIS;
- 14.4.3.2. Apache Web Server;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 14.4.3.3. Red Hat Enterprise Linux e JBoss Enterprise;
- 14.4.4. Deverá ser válido por padrão nos principais navegadores (Internet Explorer, Firefox, Chrome e Safari) e seus sistemas (Windows, Linux, Android, Iphone e Java) sem a necessidade de instalação de cadeias intermediárias e raiz pelo cliente.
- 14.5. **Item 2.3.4** – Emissão de certificados do tipo SSL pertencentes à cadeia ICP-Brasil
- 14.5.1. O certificado deve apresentar prazo mínimo de validade de 01 (hum) ano.
- 14.5.2. Deverá estar incluída a validação presencial prévia do detentor do certificado/domínio, necessária para a emissão na cadeia ICP-Brasil, a ser realizada na sede do CONTRATANTE.
- 14.5.3. Deverá ser compatível com os seguintes serviços, em qualquer versão:
- 14.5.3.1. Microsoft IIS;
- 14.5.3.2. Apache Web Server;
- 14.5.3.3. Red Hat Enterprise Linux e JBoss Enterprise;
- 14.5.4. O certificado deverá pertencer à cadeia de certificação da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

**15. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA**

- 15.1. Os vouchers dos certificados do TRF2 e da SJRJ deverão ser enviados por e-mail para [direm@trf2.jus.br](mailto:direm@trf2.jus.br).
- 15.2. Os vouchers dos certificados da SJES deverão ser enviados por e-mail para [nti@jfs.jus.br](mailto:nti@jfs.jus.br).
- 15.3. No e-mail deverão constar, além dos vouchers e cópia da(s) nota(s) fiscal(is), os procedimentos a serem adotados para resgate do voucher e emissão dos certificados, bem como o telefone de contato para suporte ao procedimento.
- 15.4. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Entrega dos vouchers para emissão dos certificados	Até 2 (dois) dias úteis contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente a data da assinatura do contrato
02	Recebimento provisório do objeto	Imediatamente após a entrega dos vouchers
03	Validação presencial para emissão dos certificados ICP-Brasil	Até 2 (dois) dias úteis após o resgate do voucher
04	Emissão dos certificados	Até 2 (dois) dias úteis após o envio de Certificate Signing Request (CSR)
05	Recebimento definitivo do objeto	Até 10 (dez) dias após o recebimento provisório

**16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 16.1. Indicar os servidores designados para atuarem como Autoridade Competente para assinarem as Autorizações para emissão dos certificados.
- 16.2. Rejeitar os produtos que não atendam aos requisitos constantes das especificações do Termo de Referência.
- 16.3. Efetuar o pagamento até após o recebimento definitivo (atesto da nota fiscal) de cada fornecimento.
- 16.4. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação do serviço objeto do Contrato.
- 16.5. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato.





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 17.1. Entregar os bens e/ou serviços dentro do prazo constante no Contrato. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções estabelecidas pelo Contrato e pela legislação vigente.
- 17.2. Designar representante(s) e seus respectivos contatos para tratar de assuntos relativos à contratação e execução.
- 17.3. Responder por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 17.4. O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- 17.5. Atender prontamente todas as solicitações do CONTRATANTE previstas no Contrato.
- 17.6. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
- 17.7. A CONTRATADA não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados ou aos quais teve acesso durante a realização destes, a menos que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE.
- 17.8. A CONTRATADA deverá fornecer gratuitamente a todos os empregados/colaboradores, postos à disposição da execução do contrato, todos os itens de proteção individual necessários ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), na forma das orientações e normativos expedidos pelo Ministério da Saúde e demais normas específicas decretadas pelo Estado e pelo Município. A medida valerá enquanto perdurar o plano de contingência à COVID-19.

**18. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO**

- 18.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do Contrato.
- 18.2. Fiscal Demandante do Contrato: servidor representante da Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução.
- 18.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução.
- 18.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.
- 18.5. Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

**19. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- 19.1. O CONTRATANTE designará a Equipe de Gerenciamento da Contratação que será formada por 01 (um) servidor designado como Gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) Fiscal Técnico, 01 (um) Fiscal Demandante e 01 (um) Fiscal Administrativo, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.
  - 19.1.1. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
    - 19.1.1.1. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços.
    - 19.1.1.2. Ordenar à CONTRATADA que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.
    - 19.1.1.3. Acompanhar e aprovar os serviços executados.
- 19.2. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais, inclusive, por danos que possam ser causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do Contrato.
- 19.3. A CONTRATADA se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.
- 19.4. As irregularidades detectadas pela fiscalização do CONTRATANTE serão comunicadas por escrito à CONTRATADA, para sua pronta correção ou adequação.
- 19.5. No início da execução do Contrato, deverá ser realizada reunião de planejamento das atividades de execução do Contrato envolvendo a equipe de gerenciamento e um preposto da LICITANTE.

**20. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO E SOLICITAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS**

- 20.1. Sempre que exigir-se, a comunicação entre o representante do CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico (e-mail).

**21. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 21.1. O objeto da presente licitação será recebido mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes, da seguinte maneira:
  - 21.1.1. Provisoriamente – Imediatamente pelo fiscal técnico, após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.
  - 21.1.2. Definitivamente – No prazo de 10 (dez) dias pelo gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.
- 21.2. Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- 21.3. Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SGD/ME nº 01, de 04/04/2019 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.
- 21.4. Se, após o recebimento, constatar-se que os materiais/serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da CONTRATADA, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.
- 21.5. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 21.6. O recebimento definitivo dar-se-á através do atesto do documento fiscal.
- 21.7. Os serviços prestados serão rejeitados pelo CONTRATANTE, totalmente ou em parte, caso não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência.
- 21.8. Em caso negativo de aceite, a CONTRATADA deve providenciar a substituição dos itens no prazo de até 03 (três) dias úteis.

**22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 22.1. A(s) referida(s) Nota(s) Fiscal(is) será(ão) considerada(s) apta(s) para atesto definitivo somente após a conferência dos itens com suas especificações constantes neste Termo de Referência e anexo e a conclusão dos serviços, e desde que, não existam outras pendências que impeçam a liberação da mesma para encaminhamento à rotina de pagamento.
- 22.2. A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.
- 22.3. O pagamento será efetuado através de ordem bancária e depósito em conta corrente, à vista do documento fiscal apresentado pela CONTRATADA em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de atestação do documento fiscal pelo gestor do Contrato.

**23. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 23.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:
  - 23.1.1. Apresentar documentação falsa;
  - 23.1.2. Fraudar a execução do contrato;
  - 23.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;
  - 23.1.4. Cometer fraude fiscal; ou
  - 23.1.5. Fizer declaração falsa.
- 23.2. Para os fins do item anterior, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
- 23.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993 e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens 23.4, 23.5 e 23.6 abaixo, com as seguintes penalidades:
  - 23.3.1. Advertência;





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

- 23.3.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 23.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou
- 23.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 23.4. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 23.5. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 23.6. Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da CONTRATADA especificadas no edital e Termo de Referência, a CONTRATADA, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% E 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2% se descumprido mais de um item obrigatório concomitantemente.
- 23.7. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
  - 23.7.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
  - 23.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 23.8. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

**24. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

- 24.1. Não se aplica.

**25. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 25.1. Não se aplica.

**26. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS**

- 26.1. Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**27. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS**

- 27.1. O prazo de vigência do Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, inclusive, estendendo-se até a data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, com fulcro nos artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94.
- 27.2. Para fins de garantia, os certificados deverão possuir disponibilidade de reemissão por um período mínimo de 30 dias sem custo adicional.

**28. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 28.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses.

**29. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 29.1. As despesas decorrentes desta contratação, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Itens	Fonte Pagadora	PRT	ND	Classificação Sugerida
2.3.1	TRF2, SJRJ e SJES	AI	Corrente	33.90.40.23 – emissão de certificados digitais
2.3.2	TRF2, SJRJ e SJES	AI	Corrente	33.90.40.23 – emissão de certificados digitais
2.3.3	TRF2, SJRJ e SJES	AI	Corrente	33.90.40.23 – emissão de certificados digitais
2.3.4	TRF2, SJRJ e SJES	AI	Corrente	33.90.40.23 – emissão de certificados digitais

- 29.2. Para os demais exercícios, a despesa será incluída nas propostas orçamentárias para os citados exercícios, condicionada à aprovação das mesmas.

**30. DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**

- 30.1. A CONTRATADA, através de seus representantes, deverá assinar os Termos de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Ciência, dando ciência dos mesmos a toda sua equipe de profissionais que participarão da execução do contrato.
- 30.2. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente do CONTRATANTE.
- 30.3. São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas.
- 30.4. São vedadas a cópia, reprodução, divulgação ou a utilização de quaisquer conteúdos de manuais, documentações ou processos administrativos e judiciais, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas.
- 30.5. A CONTRATADA deverá providenciar termo de responsabilidade e sigilo para cada empregado ou prestador de serviço, onde fique estabelecido:
- 30.5.1. O compromisso de não divulgar qualquer informação a que tenham acesso em razão da execução dos serviços;
- 30.5.2. O compromisso de não utilizar recursos ou serviços do CONTRATANTE para fins alheios ao objeto da contratação;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- 30.5.3. A ciência de que seus acessos realizados ou dados transmitidos podem ser auditados;
- 30.6. A CONTRATADA compromete-se a manter sob cuidado e discrição, impedindo a divulgação, publicação, ou disseminação das informações, ditas confidenciais, fornecidas pelo CONTRATANTE, para fins de execução de suas atividades relativas ao cumprimento deste Contrato.
- 30.7. A CONTRATADA não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados ou aos quais teve acesso durante a realização destes, a menos que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE.
- 30.8. A CONTRATADA e todos os seus empregados envolvidos na execução dos serviços objeto do Contrato deverão manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações fornecidas pelo CONTRATANTE.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO				
Papel	Nome	Mat	Setor	E-mail
Integrante Requisitante	Marcus Vinicius do P. Azevedo	T211728	DIREM	mva@trf2.jus.br
Integrante Requisitante Suplente	Pergentino Joaquim Alves Neto	T212049	SITI	pergentino@trf2.jus.br
Integrante Técnico	Luís Carlos de Freitas	T212025	SESETI	luiscf@trf2.jus.br
Integrante Técnico Suplente	Samir Gerard D'Angelis Chalhoub	T211739	SESETI	samir@trf2.jus.br
Integrante Administrativo	Luiz Manuel de Sousa Gonçalves	T211575	SEATAD	luiz.goncalves@trf2.jus.br
Integrante Administrativo Suplente	Patrícia Soares Trannin	T211550	SEASAT	trannin@trf2.jus.br





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

### TERMO DE CIÊNCIA

Nº PROCESSO:		Nº CONTRATO:	
--------------	--	--------------	--

**Construção:** Equipe de Fiscalização da Contratação

**Objetivo do artefato:** Obter comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos no projeto sobre o conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Instituição.

**Conteúdo:** Caso o objeto seja prestação de serviços, o documento é assinado por todos os funcionários da Contratada envolvidos no projeto que tenham acesso às informações da Contratante, mesmo que o ingresso nas suas dependências não seja necessário para a execução. No caso de entrega de bens com serviços de instalação nas dependências da Contratante, a equipe da Contratada responsável pelos serviços assina o artefato.

1 - IDENTIFICAÇÃO			
Contrato N°:			
Objeto:			
Gestor do Contrato:		Matr.	
Contratante:			
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer a declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Contratante.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

CIÊNCIA			
CONTRATADA			
Funcionários			
Nome	Identidade	CPF	Assinatura



Assinado digitalmente por MARCUS VINICIUS DO PATROCINIO AZEVEDO - Diretor(a) de Divisão / DIREM - 26/01/2023 às 15:59:42.  
Assinado com senha por SAMIR GERARD D'ANGELIS CHALHOUB - Assistente III / SESETI - 26/01/2023 às 17:17:20 e LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD - 26/01/2023 às 18:52:26.  
Documento Nº: 3660762-9553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3660762-9553>



TRF2INC202300114A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Nº PROCESSO:	Nº CONTRATO:
--------------	--------------

**Construção:** Equipe de Fiscalização da Contratação

**Objetivo do artefato:** Obter comprometimento formal da Contratada sobre o sigilo dos dados e informações de uso da Contratante, bem como suas normas e políticas de segurança.

**Conteúdo:** O documento é assinado, de parte da Administração, pela Autoridade Competente da Área Administrativa e/ou pelo Gestor do Contrato, e, de outra parte, pelo Representante Legal da Contratada. Assinam também duas testemunhas.

### PROCESSO Nº T2-EOF-<Ano>/<Número>

**O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**, sediado na Rua Acre nº 80 – Cep.: 20.081-000 - Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 32.243.347/0001-51, doravante denominado CONTRATANTE, e, <Nome da Empresa>, pessoa jurídica com sede na <Endereço da Empresa>, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º <CNPJ da Empresa>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <Número do Contrato> doravante denominado CONTRATO, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto 4.553 de 27/12/2002 - Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

#### Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:



TRF2N2C202300113A



Assinado digitalmente por MARCUS VINICIUS DO PATROCINIO AZEVEDO - Diretor(a) de Divisão / DIREM - 26/01/2023 às 15:59:24.  
Assinado com senha por SAMIR GERARD D'ANGELIS CHALHOUB - Assistente III / SESETI - 26/01/2023 às 17:17:32 e LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD - 26/01/2023 às 18:52:17.  
Documento Nº: 3660774-2063 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3660774-2063>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

**Informação:** é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

**Informação Pública ou Ostensiva:** são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.

**Informações Sensíveis:** são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

**Informações Sigilosas:** são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

**CONTRATO:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

#### Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de idéias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;



TRF2NCR202300113A





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### **Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e



TRF2NC202300113A



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

#### **Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO.

#### **Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

#### **Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:



Assinado digitalmente por MARCUS VINICIUS DO PATROCINIO AZEVEDO - Diretor(a) de Divisão / DIREM - 26/01/2023 às 15:59:24.  
Assinado com senha por SAMIR GERARD D'ANGELIS CHALHOUB - Assistente III / SESETI - 26/01/2023 às 17:17:32 e LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD - 26/01/2023 às 18:52:17.  
Documento Nº: 3660774-2063 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3660774-2063>



TRF2INC202300113A



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

#### Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade do Rio de Janeiro, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

DE ACORDO	
CONTRATANTE	CONTRATADA
<p>_____</p> <p>&lt;Nome&gt;</p>	<p>_____</p> <p>&lt;Nome&gt;</p>



Assinado digitalmente por MARCUS VINICIUS DO PATROCINIO AZEVEDO - Diretor(a) de Divisão / DIREM - 26/01/2023 às 15:59:24.  
Assinado com senha por SAMIR GERARD D'ANGELIS CHALHOUB - Assistente III / SESETI - 26/01/2023 às 17:17:32 e LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD - 26/01/2023 às 18:52:17.  
Documento Nº: 3660774-2063 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3660774-2063>



TRF2NCC202300113A



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**

Matrícula: <Matr.>	<Qualificação>
Testemunha 1	Testemunha 2
<hr/> <Nome> <Qualificação>	<hr/> <Nome> <Qualificação>



Assinado digitalmente por MARCUS VINICIUS DO PATROCINIO AZEVEDO - Diretor(a) de Divisão / DIREM - 26/01/2023 às 15:59:24.  
Assinado com senha por SAMIR GERARD D'ANGELIS CHALHOUB - Assistente III / SESETI - 26/01/2023 às 17:17:32 e LUIZ MANUEL DE SOUSA GONÇALVES - Supervisor(a) / SEATAD - 26/01/2023 às 18:52:17.  
Documento Nº: 3660774-2063 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3660774-2063>



TRF2INC202300113A